



RELATÓRIO E CONTAS 2024



“Dar de comer a quem tem fome”
óleo sobre tela
Gabinete do Provedor



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. nº 500 850 208

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA **CONVOCATORIA**

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **29 de março de 2025 (sábado)**, pelas **16.45 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - *Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2024, e do Parecer do Definitório;*

Ponto 2 – *Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o nº 3 do artigo 22 do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 03 de março de 2025

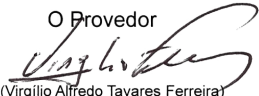
O Presidente da Assembleia Geral

Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira, Prof. Dr.

Balanço em 31 de dezembro de 2024

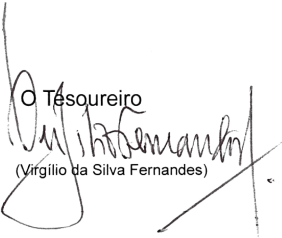
RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE		14.871.315.80	15.315.394.40
Ativos fixos tangíveis	5	11.119.813.70	11.225.372.70
Pronriedades de Investimento	5	3.686.731.57	4.023.221.17
Bens do Património histórico e cultural	5	17.010.90	17.010.90
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos Financeiros	13.1	47.759.63	49.789.63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Outros créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
ACTIVO CORRENTE		1.001.741.20	774.260.48
Inventários	7	62.419.37	62.364.85
Créditos a receber	13.2	396.299.97	488.862.38
Estado e outros entes públicos	13.8	18.371.57	21.873.55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Diferimentos	13.4	48.972.85	48.943.07
Outros ativos correntes	13.3	449.667.48	36.514.21
Caixa e depósitos bancários	13.5	26.009.96	115.702.42
TOTAL DO ATIVO		15.873.057.00	16.089.654.88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		55.969.82	55.969.82
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	13.6	3.286.939.28	3.177.233.27
Excedentes de revalorização		4.341.797.44	4.768.975.26
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		3.751.916.32	3.483.235.53
Resultado líquido do período		-130.722.33	-260.276.11
TOTAL DOS PATRIMONIAIS		11.305.900.53	11.225.137.77
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE		1.791.493.87	1.677.582.19
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6	1.791.493.87	1.677.582.19
Outras dividas a pagar		0.00	0.00
PASSIVO CORRENTE		2.775.662.60	3.186.934.92
Fornecedores	13.7	576.216.40	508.626.51
Estado e outros entes públicos	13.8	183.714.74	172.795.40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6	1.264.000.00	1.572.000.00
Diferimentos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	13.9	751.731.46	933.513.01
TOTAL DO PASSIVO		4.567.156.47	4.864.517.11
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		15.873.057.00	16.089.654.88

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224



Demonstração de Resultados por Natureza em 31 de dezembro de 2024

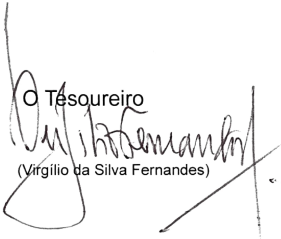
RENDIMENTOS E GANHOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	6.052.368,17	5.361.031,00
ISS, IP – Centros Distritais		1.442.332,13	1.325.733,26
Outros		4.610.036,04	4.035.297,53
Subsídios, Doações e Legados à exploração	10	209.359,33	221.271,47
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-992.308,23	-993.197,63
Fornecimentos e serviços externos	13.10	-891.517,22	-882.918,27
Gastos com pessoal	11	-4.506.323,23	-4.233.194,38
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.11	589.438,87	708.698,52
Outros gastos	13.12	-56.635,44	-76.369,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		404.382,25	105.320,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-353.125,39	-260.283,86
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51.256,86	-154.963,22
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	743,85	719,12
Juros e gastos similares suportados		-182.723,04	-106.032,01
Resultado antes de impostos		-130.722,33	-260.276,11
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-130.722,33	-260.276,11

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		6.070.906.81	5.420.119.50
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de anóios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedor		-1.559.020.07	-1.888.691
Pagamentos a pessoal		-4.669.361.18	-4.236.706.12
Caixa gerada pelas operações		-157.474.44	-705.277.50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		324.958.79	461.853.06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		167.484.35	-243.424.44
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos resneitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-313.448.87	-1.024.326.66
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		445.405.00	328.500.00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		0.00	734.255.79
Juros e rendimentos similares		2.773.85	719.12
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		134.729.98	39.148.25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		400.000.00	370.883.95
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		0.00	222.000.00
Pagamentos resneitantes a:			
Financiamentos obtidos		-594.088.00	-192.750.63
Juros e gastos similares		-197.818.47	-156.821.45
Dividendos			
Redução do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-391.906.79	243.311.87
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-89.692.46	39.035.68
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		115.702.42	76.666.74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.5	26.009.96	115.702.42

Anexo

1. Identificação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, instituída no ano 1756, é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, traduzindo-se na prestação tripartida social/saúde/culto católico, com solidariedade a todos os que precisam.

É uma instituição particular de solidariedade social que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o nº43/85, a fls 24 verso, em 25/07/86, tendo adquirido a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública.

Tem a sua sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Instituições do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março.

3.1.1.Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no

futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços à capacidade e de cumprir os seus fins.

3.1.2.Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3.Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os irmãos e outras entidades.

3.1.4.Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos Irmãos com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5.Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6.Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2.Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1.Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de reavaliação do mesmo ativo. Quando o ativo reavaliado é desreconhecido, o excedente de reavaliação é transferido para resultados transitados.

No fim do período de 2013, a Instituição procedeu à reavaliação do todo o seu ativo fixo, e fim do período de 2021 reavaliou os imóveis localizados no Porto - Rua Costa Cabral (U28 e U29) e Rua da Constituição (U643).

O método de reavaliação adotado foi o modelo de revalorização.

Terrenos e Edffícios	ValorReav. 2013	Valor2021	Obs erva oes
Bouça das Coutadas - Burgães Sto Tirso (R2818)	28.000,00	28.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (R1609)	9.000,00	9.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (Rl624)	12.400,00	12.400,00	
Bouça das Velas - Terroso (R3590)	10.200,00	10.200,00	
Campo do Eirado - Amorim (R3128)	30.100,00	30.100,00	Vendido 2023
Cortinha da Eira Velha - Laúndos (R814)	33.600,00	33.600,00	
Bouça das Leiras - Burgaes - Sto Tirso (R2732)	16.500,00	16.500,00	
Bouça do Limarinho - Burgães - Sto Tirso (R2736)	13.500,00		Vendido 2020
Bloco Residencial- R. Leonardo Coimbra (U6654)	594.900,00	594.900,00	
Moradia R. Dr. Leonardo Coimbra (U5192)	102.600,00	102.600,00	Vendido 2024
Moradia R. Bonitos Amorim (U5744)	106.900,00	106.900,00	Vendido 2024
Moradia R. Patrão Lagoa (U4942)	108.800,00	108.800,00	Vendido 2024
Estabelecimento R. Manuel Silva (U3545)	40.700,00	40.700,00	Vendido 2023
Casa 1 - R. Manuel Silva (U5988)	7.100,00	7.100,00	Vendido 2023
Casa 3 - R. Manuel Silva (U5990)	7.100,00	7.100,00	Vendido 2023
Casa 4 - R. Manuel Silva (U5992)	7.100,00	7.100,00	Vendido 2023
Casa 5 - R. Manuel Silva (U5994)	7.100,00	7.100,00	Vendido 2023
Casa 6 - R. Manuel Silva (U5996)	7.100,00	7.100,00	Vendido 2023

Terrenos e Edifícios	Valor Reav. 2013	Valor 2021	Observações
Morada Rua Costa Cabral (U28) (co-prop. SCMPorto)	14.080,00	35.550,00	Reav. 2021
Morada Rua Costa Cabral (U29) (co-prop. SCMPorto)	15.345,00	56.175,00	Reav. 2021
Morada Rua Constituição (U643) (co-prop. SCMPorto)	18.435,00	34.725,00	Reav. 2021
Prédio Rua Serpa Pinto (U8043)	130.000,00	130.000,00	
Morada Rua da Estação - Mindelo VC (U593)	126.000,00		Vendido 2018
Morada Rua Cor. Mac. Pinto - Mafamude VNG (U5815)	31.000,00		Vendido 2021
Vários Edifícios Centrais da Misericórdia - Lar Idosos, Grandes Dependentes, Pensionato, Centro Dia, Fisioterapia, UUCILD, UCCIMD, Museu, Provedoria, Ser. Administrativos, Garagens, Lavandaria, Armazém, Portarias, Parque Estacionamento	5.974.500,00	5.974.500,00	
Igreja da Misericórdia (U3375)	1.092.000,00	1.092.000,00	
Edifício Hospital (U3377)	3.410.100,00	3.410.100,00	
Casa Rua da Igreja (U7443)		29.300,00	Doação 2016/Vendido 2023
Loja 57 Centro Comercial Premar (U59-AA)		9.990,00	Doação 2017
Casa R. José Régio (U5594)		180.000,00	Aquisição 2015

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Em conformidade com as políticas contabilísticas aplicadas às ESNL, os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método da linha reta e tendo em conta, caso a caso, a sua vida útil estimada, utilizando-se também para o efeito e como auxiliar as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2012, por se considerar que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se quando o ativo esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

Os terrenos não são depreciables.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As “Propriedades de Investimento” estão registadas inicialmente ao custo de aquisição e subsequentemente é utilizado o método da revalorização dos mesmos. Incluem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital. Estes ativos não se destinam à produção

de bens ou ao fornecimento de serviços. As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração de Resultados.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo médio ponderado.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o montante disponível em 31/12/2024, em caixa e depósitos bancários à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores, Empréstimos e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*”, “*Empréstimos*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” é constituída pelos Fundos, Reservas, Outras Variações nos Fundos Patrimoniais (subsídios) e Resultados Transitados.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados, e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente

estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

3.2.6.Financiamentos Obtidos

O Financiamento do Estado encontra-se registado no passivo, pelo valor obtido e dividido em corrente e não corrente.

3.2.7.Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social, as retenções na fonte de IRS e o IVA a entregar ao Estado em 2025, e os pedidos de reembolso do IVA a receber em 2025.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Contudo, tal como nos períodos anteriores, em 2024 foram reconhecidas na contabilidade, como prestação de serviços, as comparticipações protocoladas com a segurança social por serem contrapartidas dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número de utentes comunicado cada mês à segurança social. O valor recebido é comunicado mensalmente à autoridade tributária, juntamente com os valores dos serviços de cuidados continuados e dos restantes serviços.

Foram registadas correções relacionadas à retificação da conta corrente de clientes/fornecedores.

Correções efetuadas	Reconhecimento nos Resultados Transitados
Faturas a cliente contabilizadas em duplicado	-5.674,56
Regularização de conta corrente de fornecedores	-30.535,73
Incentivo covid contabilizado em duplicado	-20.985,41

Em resultado das correções efetuadas, foi refletido uma diminuição de 57.195,70€ no resultado transitados como identificado no ponto 12.6 do presente documento.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e transferências, as

depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano 2024						
Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Terrenos e recursos naturais	1.254.637,50		-79.575,00			1.175.062,50
Edifícios e outras construções	3.466.475,88		-238.725,00			3.227.750,88
Total	4.721.113,38	0,00	-318.300,00	0,00	0,00	4.402.813,38
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	697.892,21	18.189,60				716.081,81
Total	697.892,21	18.189,60	0,00	0,00	0,00	716.081,81
						3.686.731,57
Bens do patrmónio histórico e cultural	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Obras de arte	17.010,90					17.010,90
Total	17.010,90	0,00	0,00	0,00	0,00	17.010,90
Ativo Fixo Tangível	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.655.775,00					1.655.775,00
Edifícios e outras construções	10.413.208,25	149.716,61	-17.758,13			10.545.166,73
Equipamento básico	2.272.139,37	26.605,92	-23.833,83			2.274.911,46
Equipamento de transporte	463.182,17	270,00				463.452,17
Equipamento administrativo	351.397,94	20.625,98	-5.279,87			366.744,05
Outros Ativos fixos tangíveis	299.420,31	718,78				300.139,09
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Total	15.455.123,04	197.937,29	-46.871,83	0,00	0,00	15.606.188,50
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	34.932,00	3.408,00				38.340,00
Edifícios e outras construções	1.189.569,01	226.282,89				1.415.851,90
Equipamento básico	2.029.162,38	24.326,13	-23.833,83			2.029.654,68
Equipamento de transporte	370.559,52	21.445,86				392.005,38
Equipamento administrativo	317.432,11	7.707,92	-5.279,87			319.860,16
Outros Ativos fixos tangíveis	288.095,32	2.567,36				290.662,68
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Total	4.229.750,34	285.738,16	-29.113,70	0,00	0,00	4.486.374,80
						11.119.813,70

Em 2024, foram alienados três imóveis: a moradia na Rua Dr. Leonardo Coimbra (U5192), a moradia na Rua Bonitos Amorim (U5744) e a moradia na Rua Patrão Lagoa (U4942). Além disso,

foi realizado o abate de determinados equipamentos básicos e administrativos já devolutos.

2023						
Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Terrenos e recursos naturais	1.311.112,50		-56.475,00			1.254.637,50
Edifícios e outras construções	3.545.600,88		-79.125,00			3.466.475,88
Total	4.856.713,38	0,00	-135.600,00	0,00	0,00	4.721.113,38
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	641.425,85	56.466,36				697.892,21
Total	641.425,85	56.466,36	0,00	0,00	0,00	697.892,21
						4.023.221,17
Bens do patrmónio histórico e cultural	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Obras de arte	15.116,70	1.894,20				17.010,90
Total	15.116,70	1.894,20	0,00	0,00	0,00	17.010,90
Ativo Fixo Tangível	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.655.775,00					1.655.775,00
Edifícios e outras construções	6.789.694,65	53.269,12		3.570.244,48		10.413.208,25
Equipamento básico	2.250.514,31	21.625,06				2.272.139,37
Equipamento de transporte	385.522,99	77.659,18				463.182,17
Equipamento administrativo	349.738,55	1.659,39				351.397,94
Outros Ativos fixos tangíveis	295.039,41	4.380,90				299.420,31
Imobilizações em curso	2.289.415,03	1.280.829,45		-3.570.244,48		0,00
Total	14.015.699,94	1.439.423,10	0,00	0,00	0,00	15.455.123,04
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	31.524,00	3.408,00				34.932,00
Edifícios e outras construções	1.041.685,73	147.883,28				1.189.569,01
Equipamento básico	2.007.102,47	22.061,83		-1,92		2.029.162,38
Equipamento de transporte	364.268,88	6.290,64				370.559,52
Equipamento administrativo	310.557,22	6.872,97		1,92		317.432,11
Outros Ativos fixos tangíveis	286.092,74	2.002,58				288.095,32
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Total	4.041.231,04	188.519,30	0,00	0,00	0,00	4.229.750,34
						11.225.372,70

6. Custo de Empréstimos Obtidos

A Instituição possui empréstimos concedidos por diversos bancos, de acordo com os mapas abaixo:

Prazos	2024	2023
Corrente	1.264.000,00	1.572.000,00
Não Corrente	1.791.493,87	1.677.582,19
Total	3.055.493,87	3.249.582,19

Financiamento não corrente (o que vai ser pago no prazo de)	2024
	Capital
quatro anos	911.064,66
Mais de quatro anos	880.429,21
Total	1.791.493,87

Identificação do Empréstimo				Capital		
Nome da Instituição	Data de Contratação do Empréstimo	Prazo do Contrato (meses)	Finalidade do Empréstimo	Contratado	Utilizado	Em dívida a 31/12/2024
Novo Banco-Capitalizar+ - 1ª	12-09-2019	84	Obra Alteração e Ampliação ERPI	350.000,00	350.000,00	122.500,00
Novo Banco-Capitalizar+ - 2ª	10-08-2020	96		450.000,00	450.000,00	337.500,00
Santander-IFRRU	15-10-2021	240	Requalificação Energética ERPI e Pensionato Projetos e Especialidades Alt. Ampliação ERPI	846.301,36	828.440,53	796.880,93
CGD - Linha de Apoio à Econ. Social	18-02-2021	72	Obra PARES 3.0	300.000,00	300.000,00	144.444,44
Caixa Crédito Agrícola Mutuo	24-08-2015	120	Aquisição casa R. José Régio nº8	180.000,00	180.000,00	13.596,73
Millennium BCP	06-03-2024	120	Abate empréstimos cp	400.000,00	400.000,00	376.571,77
Total da dívida de médio e longo prazo a 31 de dezembro 2024						1.791.493,87

Garantias Bancárias	
Novo Banco-Capitalizar+ - 1ª	Norgarante, 50% sobre o capital em dívida
Novo Banco-Capitalizar+ - 2ª	Norgarante, 50% sobre o capital em dívida
Santander-IFRRU	Hipoteca sobre o imóvel Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, valor 828.440,53€
CGD - Linha de Apoio à Econ. Social	Norgarante, 90% sobre o capital em dívida
Millennium BCP	Livrança
Caixa Crédito Agrícola Mutuo	Livrança e Aval
Montepio - Conta corrente	Livrança
Novo Banco-Conta corrente	Hipoteca sobre o imóvel localizado na Rua Leonardo Coimbra (Bloco Residencial), valor

Garantias Bancárias	
	1.061.800€
Santander-Conta corrente	Livrança
Banco Português de Gestão - Conta corrente	Livrança

O custo dos empréstimos obtidos é reconhecido como um gasto, à medida que são incorridos, conforme mapa abaixo.

Descrição	2024	2023
Juros de financiamentos obtidos	182.723,04	106.032,01
Total	182.723,04	106.032,01

A Instituição não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Inventários” utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado.

As restantes divulgações relacionadas com inventários encontram-se patentes no seguinte quadro:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras 2023	Reclassificações e regularizações 2023	Inventário em 31-Dez-2023	Compras 2024	Reclassificações e regularizações 2024	Inventário em 31-Dez-2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69.197,95	985.144,81	1.219,72	62.364,85	1.002.270,47	-9.907,72	62.419,37
Total	69.197,95	985.144,81	1.219,72	62.364,85	1.002.270,47	-9.907,72	62.419,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				993.197,63			992.308,23

8. Rédito

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2024	2023
Prestação de serviços		
Respostas sociais	1.579.504,65	1.378.499,06
Protocolos de cooperação p/ prestação de serviços	1.442.332,13	1.325.733,26
Respostas saúde	2.861.987,25	2.509.202,63
Joias	50,00	1.315,00
Reembolso despesas de utentes	126.182,75	104.063,97
Bar e comissões máquina café	36.168,48	37.420,39
Senhas refeição	914,50	952,50
Receitas culto	5.228,41	3.843,98
Total	6.052.368,17	5.361.030,79

9. Subsídios do Governo e outras entidades

Encontra-se a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, Unidade Orgânica 2 (Processo n.º 627/23.2BEPRTU), envolvendo a Tecnocampo - Sociedade de Construções e Obras Públicas, SA (Autora) e a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim (Ré). A Autora reclama da Ré a quantia de 77.430,52€, enquanto a Ré reivindica da Autora o montante de 255.732,41€.

Além disso, a Tecnocampo deu entrada num Processo Especial de Revitalização no Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Juízo de Comércio de Vila Nova de Gaia - Juiz 4 (Processo n.º 7498/24.0T8VNG). Neste processo, a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim apresentou a sua reclamação de crédito, que foi classificado como crédito comum sob condição.

10. Subsídios do Governo e outras entidades

As divulgações exigidas para este item encontram-se em mapa próprio de controlo de subsídios para investimentos.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis, são apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações e amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios relacionados com rendimentos concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exercícios futuros.

A natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se refletidas no seguinte quadro:

Ano 2024				
Natureza	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios à Exploração				
Instituto de Segurança Social, IP – apoio extraordinário p/ combate à inflação ano 2024	-	-	751	39.082,31
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	751	39.026,95
Instituto de Turismo	-	-	751	38.601,39
Donativos	-	-	753	92.648,68
Sub-total dos subsídios à exploração				209.359,33
Subsídios ao Investimento				
Instituto de Segurança Social, IP	593	291.046,47	7883	9.595,52
PIDDAC	593	7.241,30	7883	207,38

Ano 2024				
Natureza	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Fundo Socorro Social	593	28.581,29	7883	20.422,65
Saúde XXI	593	190.211,04	7883	7.747,07
PRR Mobilidade Verde Social	593	28.749,96	7883	12.500,00
PEDU - PROC. NORTE-05-4943-FEDER-000085	593	1.642.727,42	7883	34.063,77
Outras entidades	593	1.151.087,36	7883	45.125,16
Sub-total dos subsídios ao investimento		3.339.644,84		129.661,55
Total		3.339.644,84		339.020,88

Ano 2023				
Natureza	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios à Exploração				
Instituto de Segurança Social, IP – apoio extraordinário p/ combate à inflação ano 2023	-	-	751	50.637,30
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	751	49.688,11
Instituto de Turismo	-	-	751	42.135,59
Donativos	-	-	753	78.810,47
Sub-total dos subsídios à exploração				221.271,47
Subsídios ao Investimento				
Instituto de Segurança Social, IP	593	300.641,99	7883	9.595,56
PIDDAC	593	7.448,68	7883	207,36
Fundo Socorro Social	593	49.003,94	7883	20.422,68
Saúde XXI	593	197.958,11	7883	7.747,08
PRR Mobilidade Verde Social	593	26.249,96	7883	8.750,04
PEDU - PROC. NORTE-05-4943-FEDER-000085	593	1.293.448,85	7883	26.397,00
Outras entidades	593	1.196.212,52	7883	45.125,16
Sub-total dos subsídios ao investimento		3.070.964,05		118.244,88
Total		3.070.964,05		339.516,35

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, no período de 2024, foi de “21” e não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem, assim como não lhes foi concedido qualquer adiantamento ou crédito.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2024 e 2023 foi de “253” e “257”, respetivamente, apenas pessoal com vínculo contratual e programas do instituto de emprego e formação profissional.

Efetuiu-se em 2024 o acréscimo de remunerações, nomeadamente das férias, subsidio de férias e encargos do exercício a pagar em 2025.

Nos encargos sobre remunerações nem todos os trabalhadores têm a mesma Taxa Única Social, para a grande maioria é aplicada a taxa de 22,3%, um a 16,4%, uma a 19,3% e a outros é aplicada a taxa de 19,7% e 11,9%.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.504.766,62	3.282.304,08
Indemnizações	768,33	19.899,04
Encargos sobre remunerações	768.309,38	718.569,29
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	117.988,28	101.832,16
Outros gastos com o pessoal	114.490,62	110.589,81
Total	4.506.323,23	4.233.194,38

Pessoas ao serviços e horas trabalhadas - 2024		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da Instituição, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da Instituição	254	473.316
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da Instituição	14	840
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO COMPLETO	249	464.000
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO PARCIAL	3	5.5
Pessoas ao serviço da Instituição, por sexo:		
Homens	32	59.6
Mulheres	222	413,68
Pessoas ao serviço da Instituição, das quais:		
Pessoas ao serviço da Instituição	254	473.316
Prestadores de serviço	12	31.680
Pessoas colocadas através de programas do IEFP	3	1.440
Total	269	

Pessoas ao serviços e horas trabalhadas - 2023		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da Instituição, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da Instituição	257	470.201

Pessoas ao serviços e horas trabalhadas - 2023		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da Instituição, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da Instituição	14	840
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO COMPLETO	251	464.969
Pessoas ao serviço da Instituição a TEMPO PARCIAL	6	5.231
Pessoas ao serviço da Instituição, por sexo:		
Homens	33	60.376
Mulheres	224	409.825
Pessoas ao serviço da Instituição, das quais:		
Pessoas ao serviço da Instituição	257	470.201
Prestadores de serviço	15	39.600
Pessoas colocadas através de programas do IEPF	3	1.440
Total	275	

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informa-se que, no que se refere aos ónus sobre os bens do ativo fixo da Instituição, existem duas garantias hipotecárias. A primeira incide sobre o edifício do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, em favor das obras de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI – Pensionato e Requalificação Energética, tendo sido cedida à instituição financeira responsável pelo financiamento IFRRU (Banco Santander S.A). A segunda recai sobre o Bloco Residencial localizado na Rua Leonardo Coimbra, associado a uma conta caucionada para obtenção de melhores condições bancárias no Novo Banco. Não existem quaisquer ónus sobre os restantes bens do ativo fixo da Instituição.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Investimentos financeiros

Não existem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor. De facto até existem, mas têm a

ver com doações de ações que remontam a longos anos e também com as unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho em que não foi reconhecido o justo valor face à cotação em 31-12-2024.

No entanto, no quadro que se segue divulgamos o valor da cotação do Fundo de Compensação do Trabalho em 31-12-2024:

Descrição	Valor nominal	Quantidade	Cotação a 31-12-2022	Valor de mercado	Diferença entre o Valor de Mercado e o Custo de Aquisição
Ações	17.244,34	-	-	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho	30.515,29	29.883,97165	1,12827	33.717,19	3.201,90
Total	47.759,63				

Foram resgatadas as ações junto à Norgarante, associadas ao empréstimo contraído no Millennium BCP, cuja liquidação terminou em outubro de 2022.

13.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e utentes conta corrente		
Clientes gerais	315.378,28	378.126,95
Utentes conta corrente	47.928,87	75.209,81
Utentes cobrança duvidosa	32.992,82	35.525,62
Total	396.299,97	488.862,38

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Rendas CCRD	3.207,56	2.149,33
Outras rendas	351,73	464,00
CDSSN	6.858,75	10.797,00

Descrição	2024	2023
IEFP	0,00	20.985,41
PRR - Mobilidade Verde	15.000,00	-
PORTUGAL2020	383.342,34	-
Turismo de Portugal	38.601,39	-
Fundo maneo atribuídos	1.022,72	1.022,72
Outros devedores	1.282,99	1.095,75
Total	449.667,48	36.514,21

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	38.968,11	38.066,01
Contratos de software, serviços de manutenção	10.004,74	10.877,06
Total	48.972,85	48.943,07

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

Discrimina-se o seguinte quadro da rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
Caixa	649,51	1.473,19
Depósitos à ordem	25.360,45	114.229,23
Total	26.009,96	115.702,42

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2024
Fundos	55.969,82			55.969,82
Resultados transitados	3.177.233,27	427.177,82	-317.471,81	3.286.939,28
Excedentes revalorização ativos financeiros	517.265,92		-280.187,90	237.078,02
Excedentes revalorização ativos fixos	4.251.709,34		-146.989,92	4.104.719,42
Outras variações nos fundos	3.483.235,53	398.342,34	-129.661,55	3.751.916,32

Descrição	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2024
patrimoniais:				
- Subsídios	3.070.964,05	398.342,34	-129.661,55	3.339.644,84
- Doações	412.271,48			412.271,48
Sub-total	11.485.413,88	825.520,16	-874.311,18	11.436.622,86
Resultados líquidos do período	-260.276,11			-130.722,33
Total	11.225.137,77			11.305.900,53

A variação da rubrica “Resultados Transitados” deve-se à afetação dos resultados do exercício anterior, à utilização da reserva de reavaliação e às alterações mencionadas na nota 4, totalizando 57.195,70€ em resultados transitados.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” são originados pelos subsídios para investimento recebidos e pela sua imputação (afetando o resultado do período), do valor equivalente à utilização (depreciações) dos bens financiados.

13.7 Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	576.216,40	508.626,51
Total	576.216,40	508.626,51

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
IVA suportado – valor do IVA a restituir à Instituição, de bens alimentares e imobilizado	18.371,57	21.873,55
Total	18.371,57	21.873,55
Passivo		
IRS	24.188,34	29.211,30
IVA a pagar	8.933,97	2.503,43
Pagamento Segurança Social	150.592,43	141.080,67
Total	183.714,74	172.795,40

13.9 Outros passivos correntes

A rubrica “*Outras contas a pagar*” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Estimativa de subsidio férias e férias 2025	575.967,84	535.338,48
Pessoal	1.518,92	4.191,78
Pagamentos ao tribunal	2.650,35	3.833,19
Sindicatos	787,52	763,09
Adiantamentos de utentes	62.236,71	78.253,92
Fornecedores de investimentos	107.945,12	277.697,67
Segurança Social - Adiantamento 30% da atualização global prevista para 2024	0,00	33.434,88
Outros credores (despesas em nome do utente)	625,00	0,00
Total	751.731,46	933.513,01

13.10 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” é detalhada conforme se segue:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	109.148,03	89.677,52
Publicidade e propaganda	3.474,75	6.777,30
Honorários	223.020,91	244.521,53
Conservação e reparações	47.020,10	52.477,51
Contratos de manutenção	45.516,33	42.875,21
Outros	15.095,51	10.185,82
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.710,31	5.079,23
Livros doc. Técnicos, material de escritório	243,87	194,37
Artigos para oferta	1.345,90	1.286,97
Outros	1.236,24	286,30
Energia e fluídos		
Eletricidade	68.384,24	69.446,98
Combustíveis	14.758,92	15.708,37
Água	64.764,39	59.918,34
Outros fluídos	118.942,18	122.266,35
Serviços diversos		
Deslocações, estadas e transportes	346,86	432,02
Limpeza, higiene e conforto	30.395,90	25.512,47
Seguros	26.794,27	28.028,12

Descrição	2024	2023
Comunicações	15.075,26	14.288,69
Rendas e alugueres	1.055,34	1.151,28
Contencioso e notariado	912,08	40,00
Encargos c/ utentes	86.660,48	77.800,11
Despesas funerárias	1.847,24	2.493,71
Outros serviços	9.768,11	12.470,07
Total	891.517,22	882.918,27

13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e em 2023 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2024	2023
Rendas	157.122,99	153.955,37
Alienação ativos fixos tangíveis	134.821,63	301.064,20
Sinistros	15.405,00	0,00
Subsídios p/ investimento	129.661,55	118.244,88
Subsídio alimentação em espécie	103.692,21	103.061,50
Consignação IRS/IVA	3.795,24	4.322,85
Reembolso 50% IVA bens alimentares	25.936,19	17.224,69
Correção de períodos anteriores	17.709,13	9.404,57
Outros não especificados	1.294,93	1.420,46
Total	589.438,87	708.698,52

13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” e nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e em 2023 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2024	2023
Impostos/taxas	4.208,11	7.057,59
Apoio pecuniário a carenciados	117,50	29,00
Correções de períodos anteriores	26.386,58	52.765,81
Quotizações	4.093,00	4.078,00
Perdas de inventário	9.117,69	2.995,29
Outros não especificados	12.712,56	9.444,17
Total	56.635,44	76.369,86

13.13 Resultados Financeiros

Os juros e similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e

2023 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	182.723,04	106.032,01
Total	182.723,04	106.032,01
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	743,85	719,12
Total	743,85	719,12
Resultados financeiros	-181.979,19	-105.312,89

13.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa a 5 de março de 2025.



Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2024 (que evidencia um total de 15.873.057,00 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.305.900,53 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 130.722,33 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim” em 31/12/2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- valiação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2025

Vinga, Almeida & Araújo, S.R.O.C, LDA

Representado por:

Ivo Marcelo Duarte Figueira Matos de Araújo

(R.O.C. nº 1711 e registado na CMVM com o nº 20161321)

sede Rua António Cardoso 601/613, loja 8 4150-083 Porto +351 226 092 167 geral@vaa-sroc.com **filial** Urbanização Ar e Sol, 17, 1ª, 3020-205 Coimbra +351 239 493 458
Vinga, Almeida & Araújo, SROC, LDA. Capital Social € 5.600,00 - Pessoa Coletiva e Matrícula n.º 501515771 inscrita na OHOC com o n.º 3 e na CMVM com o n.º 20161373



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM

RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2024-01-01 A 2024-12-31

Caros Irmãos

Em conformidade com o estipulado no nº 1 do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, da Póvoa de Varzim, vem o Definitório apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2024, como segue:

1 - Durante o período em causa, foi feito um acompanhamento regular por parte dos elementos do Definitório, especialmente, a propósito do encerramento das contas, acompanhando a gestão da Santa Casa com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a) No decorrer do período, indagamos o Sr. Provedor, a Sra. Contabilista Certificada e o Sr. Revisor Oficial de Contas, da gestão da Instituição e da análise da documentação de suporte das operações mais relevantes;
- b) Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;

2 – Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a seguinte opinião:

- a) A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação no respeito pelo Compromisso e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da lei;
- b) Os registos e métodos contabilísticos utilizados, estão conforme as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas legalmente, para as entidades do setor não lucrativo, e que foi objeto de declaração da Sra. Contabilista Certificada da Instituição e também verificado pela entidade Revisora Oficial de Contas.
- c) As rubricas de Ativo e Passivo expressas no Balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar:
 - A diminuição do Ativo Não Corrente em virtude da venda de imóveis e amortizações do exercício.
 - No Ativo Corrente, a rubrica “créditos a receber”, embora continue a diminuir, ainda se mantém elevada, 396 300 € (trezentos e noventa e seis mil e trezentos euros). Estes créditos resultam de valores em dívida de entidades e utentes).
 - De salientar também na rubrica “caixa e depósitos bancários” verifica-se uma menor disponibilidade dificultando bastante o serviço de tesouraria.
 - No “Passivo Não Corrente” houve um aumento dos “empréstimos de médio e longo prazo” devido a um novo empréstimo no valor de 400 000 € (quatrocentos mil euros), para cobrir encargos bancá-



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM
Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM

rios e pagar dívidas de curto prazo.

- No “Passivo Corrente” verificou-se uma redução da “dívida a curto prazo” pela liquidação da dívida a irmãos no valor de 222 000 € (duzentos e vinte e dois mil euros) e pagamento da conta caucionada de 86 000 € (oitenta e seis mil euros).

A Demonstração de Resultados por natureza, quanto à atividade da Santa Casa, expressa a normalização de alguns valores que vem sendo seguida dos anos anteriores, tais como:

- Quanto à atividade da instituição o resultado antes de juros, impostos, depreciação, amortização (EBITDA) foi positivo no valor de 404 382 € (quatrocentos e quatro mil trezentos e oitenta e dois euros) superior ao do ano anterior no valor de 105 321 € (cento e cinco mil trezentos e vinte e um euros)

As receitas globalmente cresceram 12,9% sendo de salientar o aumento das mensalidades (área social).

Os custos aumentaram, relativamente ao ano anterior cerca de 6,5% sendo de realçar os Gastos com Pessoal com um acréscimo de 6,8% em Remunerações.

No Relatório e Contas apresentadas, o balanço expressa um Ativo no valor de 15 873 057 € e um total de fundos patrimoniais de 11 305 901 €, que inclui um resultado líquido negativo de 130 722€, satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, assim como a situação da Santa Casa da Misericórdia.

PARECER

Como conclusão, o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Atividades e as Contas, apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao de 2024, propondo-se um voto de louvor à Mesa Administrativa.

Póvoa de Varzim, 14 de março de 2025

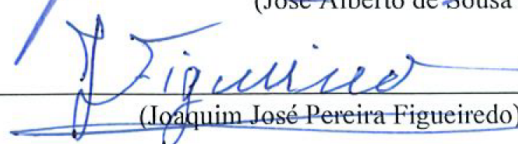
A Presidente


(Maria Emília Macedo de Oliveira)

O Vice-Presidente


(José Alberto de Sousa e Silva)

O Secretário


(Joaquim José Pereira Figueiredo)

Corpos Sociais para o quadriénio 2024/2027

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira*
Vice-Presidente *José Carlos Brandão Gomes*
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
Segundo Secretário *José Antunes Santos Silva*
Suplentes *Abel Alcino da Silva Ferreira*
José Miguel Alves de Aguiar Quintas

DEFINITÓRIO

Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*
Vice-Presidente *José Alberto de Sousa e Silva*
Secretário *Joaquim José Pereira Figueiredo*
Suplente *Jorge Manuel de Guimarães Caimoto*

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira*
Vice-Provedor *Carlos Alberto Gonçalves de Almeida Mateus*
Secretário *António Manuel Gomes Carvalho*
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*
Vogais *António Fernando Maio Ribeiro*
Ana Paula Terroso Baptista de Lima
José Loureiro dos Santos
Suplentes *João Maria de Freitas Pereira*
Isidro Gomes Marafona
José Teixeira Mesquita Ferreira
Manuel Abel Milhazes Rigor